

Autonomia em debate

DF - Representação Política
CORREIO BRAZILIENSE

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor de Redação

07 FEV 1993

Desde que um deputado federal pelo PT de Minas Gerais lançou a idéia de que a autonomia política do Distrito Federal foi um erro que deveria ser corrigido na próxima revisão constitucional prevista para este ano, a questão passou a ser considerada por um número cada vez maior de congressistas, à medida que ficava evidente a dependência financeira dos cofres da União de que padece o GDF.

Neste momento pode-se afirmar, sem exagero, que a tese de que o Distrito Federal deve perder sua autonomia política e passar a ser um território francamente subvencionado pela União — por ficar mais barato do que atualmente — está ganhando um número de adeptos cada vez maior. E em todos os partidos e bancadas estaduais com assento no Congresso Nacional.

A idéia é muito simples. Argumenta-se que o DF ganhou autonomia política mas, compreensivelmente, não possui atividade econômica de peso para lhe proporcionar a autonomia financeira. Mesmo com um ambicioso programa de desenvolvimento local, que pretende para Brasília um pólo industrial e exportador, os recursos gerados pelo DF são insuficientes para manter a própria máquina administrativa, que recebe subvenções da União determinadas pela própria Constituição do País. Diante do problema, tem o GDF de socorrer-se frequentemente das verbas federais para pagamento de pessoal.

Por outro lado, não há deputado ou senador que não reconheça as responsabilidades inerentes do Governo Federal para com a manutenção da capital do País, sede dos três

Poderes e do corpo diplomático e organizações estrangeiras. Até aí, morreu Neves. O problema se complica quando o DF pede mais recursos à União, inclusive sob a forma de um fundo próprio, a ser retirado da receita orçamentária federal, para ampliar a sua participação na sustentação de Brasília.

É aí que os parlamentares começam a reagir, alegando que também seus estados e municípios, na grande maioria, vivem na penúria e precisam de recursos federais. Como vão ter boa vontade para aprovar um fundo especial para Brasília? Além disso, muitos argumentam, com alguma má vontade e até de má-fé, que Brasília constrói um metrô de 600 milhões de dólares e, portanto, não poderia pedir mais recursos federais. Esquecem que essa obra, além de trazer benefícios, é um financiamento a longo prazo e em condições de ser pago sem maiores problemas. Ainda que esqueçam o metrô, resta o problema de que a maioria dos parlamentares não se sente sensibilizada a tirar alguma fatia dos recursos federais destinados a seus estados para canalizá-los para Brasília, além do que a capital já recebe, constitucionalmente. E nisso está o nó da questão.

A opinião pública brasiliense ainda está alheia a esse debate, na crença, talvez, de que a autonomia política conquistada há pouco pelo DF é irreversível. Não é. E os setores políticos responsáveis da capital, notadamente o governador Joaquim Roriz, o novo presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares, e todos os nove deputados federais e os três senadores por Brasília estão plenamente conscientes de que pesam riscos sobre essa autonomia, que poderá ser um dos temas mais polêmicos do Congresso quando começar a debater a revisão da Constituição de 1988.